

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ALTERAÇÃO CURRICULAR EM SÃO PAULO

**Rachel de Oliveira
Do Conselho de Participação
e Desenvolvimento da
Comunidade Negra
de São Paulo**

A

creditando ser a escola um espaço físico e social, onde se pode viabilizar um projeto de transformação e luta contra a discriminação racial, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, entre as diversas áreas que vem atuando, tem dado prioridade à Educação. Estrategicamente, sua atenção está centrada na revisão do currículo escolar e, paralelamente, em outras propostas de revisão, como a reciclagem do professor, a análise e reformulação dos livros didáticos, até o redimensionamento da política educacional

Neste sentido, a Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra sugeriu recentemente, a Secretaria Estadual de Educação, uma pesquisa que foi coordenada pela Fundação Carlos Chagas, sobre a situação educacional dos negros em São Paulo (Fundação Carlos Chagas, 1986). Os dados desta pesquisa mostraram que a porcentagem dos alunos negros excluídos da escola é maior em relação ao aluno não negro. Isto sugere uma omissão do sistema educacional em relação à pluralidade étnico-racial da

nossa sociedade, omissão essa que se reflete, inclusive, num currículo escolar inadequado à criança negra.

A política educacional traz, em seu bojo, não só o preconceito de classe, mas também o preconceito de raça. Portanto, faz-se necessário que educadores progressistas, teóricos e pesquisadores educacionais reflitam sobre a diversidade cultural deste país e considerem o significativo número de negros (povos oriundos de outras culturas) que compõem as camadas populares.

As propostas curriculares voltadas para as classes populares constituem-se em falácia e fortalecem o mito da democracia racial pois, na medida em que não incluem a História da África, não levam em conta a identidade de 45% da população brasileira. Quando me refiro à revisão curricular e à inclusão da história e da cultura do negro no currículo, não estou reivindicando, simplesmente, a inserção de traços de uma cultura mas que esse currículo traga, também, em seu bojo uma proposta política que tenha condições de permitir a emancipação do negro. Precisamos analisar o currículo mais cuidadosamente, não só no que se refere à cultura negra, mas no seu aspecto geral, para que esse currículo evite a seletividade e garanta um alto grau de escolaridade aos alunos das classes populares. Atualmente, o currículo tem reforçado as relações de dominação no sistema escolar, permitindo o desenvolvimento de uma prática educacional através da qual os alunos têm pouco acesso ao saber elaborado e nenhum conhecimento sobre sua cultura. Como resultado, esses alunos recebem uma precária educação geral que lhes garante apenas a restrita possibilidade de se tornarem um mercado de mão-de-obra barata.

É neste sentido que a introdução do estudo da cultura negra nas escolas merece uma reflexão mais cuidadosa para não cairmos na postura ingênua, partilhada inclusive por muitos de nós negros, de que esta medida resolverá os problemas educacionais do aluno negro. A cultura negra é imprescindível, ela é o referencial histórico para a identidade do aluno negro, o elemento chave para o início da ruptura da dominação. Mas o conhecimento elaborado não pode continuar sendo propriedade da burguesia. Portanto, um currículo que contemple a classe popular e respeite as diversidades culturais, deve se basear no conhecimento dos alunos dessa classe, respeitar suas informações e ampliar este conhecimento a fim de que eles possam ter acesso ao acervo de conhecimentos científicos, articulá-lo de forma dialética, dar-lhe novas interpretações e criar novos valores. Uma proposta curricular deve respeitar essa diversidade, deve dar condições aos alunos de serem respeitados, de ampliarem o seu horizonte, de adquirirem o conhecimento do dominador, de articularem esse conhecimento, de criarem novos valores para que se tornem elementos críticos que possam realizar a transformação. Considero ser esta a verdadeira proposta de transformação. Reitero, novamente, que se nos mantivermos apenas presos à cultura negra, que considero importantíssima, poderemos cair numa postura muito ingênua. Tenho receio de que, nas es-

colas, se comemore o 20 de Novembro, se transforme o 13 de Maio numa oportunidade de denúncia, como fizemos em São Paulo, mas que o aluno negro ou o aluno da classe popular continue sem condições de adquirir um conhecimento elaborado. E isso é muito importante para nós.

Ultimamente, existe um discurso muito progressista, uma proposta política ótima, maravilhosa, que, entretanto, não rompe com os mecanismos da dominação e acaba se perdendo dentro das escolas. Se partimos do pressuposto de que o currículo é o ponto central neste momento, para que a sua mudança se efetive e ele se torne eficaz, é necessário atuar nas outras instâncias escolares como o professor, por exemplo. O professor é o elemento-chave do ato pedagógico e ele, normalmente, tem uma formação elitista e defeituosa. É neste sentido que a alteração curricular que está sendo proposta em São Paulo¹, vai depender da postura do professor. Ele vai recebê-la sabendo que terá de dar um outro enfoque ao negro, mas por desconhecimento, por falta de oportunidade para discuti-la ele poderá desviar-se dos seus objetivos. O que poderá vir a ocorrer, caso não haja uma preparação adequada do professor, ficou evidente durante nossa discussão com a equipe de Estudos Sociais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo², quando uma professora de História sugeriu a inclusão da estória da mãe preta no livro didático, mãe preta naquele sentido bem reacionário. Daí a importância de se investir na formação deste professor para que ele possa entender, de modo crítico, a relação entre a prática social e a educação; de se mobilizar o professor para uma ação docente conseqüente, para uma melhor qualidade dos conteúdos transmitidos.

Há pessoas, há correntes que são contra o conteúdo; eu sou a favor, acho que o aluno, principalmente das classes populares, precisa de conteúdo, sim, para poder estar em condições de competir com os demais. Embora respeitando a diversidade, a escola tem que dar esse conteúdo, enfim, o conteúdo que até agora tem sido patrimônio das classes dominantes, justamente, para que este não se transforme num instrumento de dominação.

O Movimento Negro e a Comissão de Educação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra vêm procurando, também, interferir nas políticas públicas com o objetivo de pleitear melhores construções, melhores escolas. Penso que a população negra tem que começar a interferir nas políticas públicas, para que o aluno negro seja beneficiado.

No ano de 1985, ocorreu uma revisão curricular na rede municipal de ensino de São Paulo³. Nessa época, já existia o Conselho da Comunidade Negra, o Movimento Negro já havia feito reivindicações entretanto, no currículo proposto pela equipe formada por educadores progressistas, paradoxalmente, o negro aparecia apenas como escravo. Entramos, então, em contato com a Secretaria de Educação procurando colocar a nossa posição e mostrar como o tratamento dispensado ao negro no currículo era discrimi-

natório. A nossa argumentação teve receptividade, o currículo foi revisto, e a questão racial passou a ser focalizada de uma outra perspectiva.

A preocupação com a questão racial também está presente na proposta da Secretaria da Educação do Estado, a que nos referimos anteriormente, onde há uma solicitação para que o professor dê um novo enfoque à questão racial, discuta o mito da democracia racial, tendo em vista a discriminação racial, o negro na atualidade e no passado, a sua situação no Brasil, principalmente a partir das questões colocadas pelo Movimento Negro no que diz respeito às suas condições de vida e de trabalho: "As questões atuais dos negros poderão ser acompanhadas através dos diversos movimentos de organização e reivindicação, como também do Conselho da Comunidade Negra no Governo do Estado de São Paulo. A partir disto, poderão ser confrontados os dados das experiências de vida apresentados pelos negros, com os registrados pela historiografia nos livros didáticos" (São Paulo, 1986a, p.9)⁴. Para subsidiar esta proposta, está sendo elaborado um documento⁵ a ser discutido pelos professores durante a semana do planejamento.

Acho que cabe a nós da comunidade negra sermos vigilantes e lutarmos juntamente com toda a sociedade pela melhor compreensão das questões raciais.

1 A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação de São Paulo elaborou uma proposta de alteração curricular que tem como objetivo incentivar a reflexão sobre as relações sociais, procurando situar o aluno dentro do seu contexto histórico.

2 Mais adiante comentaremos, em detalhe, o desdobramento desse processo.

3 A partir de 1982, com o governo democrático, tanto a Secretaria Estadual (ver nota 1) como Municipal de Educação elaboraram propostas de revisão curricular. Por sua vez, os movimentos sociais, atentos às mudanças, reivindicam a sua participação nesse processo e, particularmente o Movimento Negro, na sua luta contra a discriminação, propõe a revisão da história do negro. Nesse processo, participa enquanto órgão oficial, a Comissão de Educação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, iniciando-se, assim, pela primeira vez dentro do sistema educacional de São Paulo, uma reflexão sobre a história do negro.

Sobre as novas propostas curriculares, ver: São Paulo (Cidade), 1985 e São Paulo (Estado), 1986a.

4 Neste contexto torna-se muito importante a participação do Movimento Negro, do Conselho da Comunidade Negra e do Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros no sentido de assessorar as escolas.

5 São Paulo (Estado), 1986b. O documento pretende subsidiar as reflexões sobre "a ação educacional no âmbito de cada escola" (Ibidem, p.3) nos dias reservados ao planejamento escolar anual, que antecede ao início do ano letivo. Dentro deste objetivo, o documento fornece os seguintes textos para reflexão: "Renovação da prática educativa e planejamento curricular"; "A mudança curricular na Secretaria da Educação"; "O planejamento e a discriminação da mulher"; "Os deficientes — perguntas e respostas"; "A questão indígena na sala de aula"; "Planejamento e discriminação racial".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1986. 2v. (versão preliminar)
- GONÇALVES, L.A. de O. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial; estudo acerca da discriminação racial nas escolas públicas de 1º grau*. Dissert. *Belo Horizonte, 1985* (mestr.) UFMG. 325p. (mimeo)
- GRUPO DE TRABALHO PARA ASSUNTOS AFRO-BRASILEIROS. *Salve 13 de Maio: relatório GTAAB sobre as mentiras e verdades do racismo na escola paulista*. São Paulo, 1987.
- LUIZ, M. do C. et al. A criança (negra) e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (31):69-72, dez. 1979.
- NOSELLA, M. de L.C.D. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos de leitura das quatro primeiras séries do primeiro grau*. São Paulo, 1978. Dissert (mestr.) PUC - SP.
- PINTO, R.P. & MYASAKI, N. *O "índio" nas nossas escolas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1985. (mimeo)
- SÃO PAULO (Cidade) Secretaria de Educação. *Programa de 1º Grau*. São Paulo, 1985.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Norma Pedagógicas. *Proposta Curricular para o ensino de História — 1º Grau*. 2 ed. preliminar. São Paulo, 1986a.
- _____. *Subsídios para o planejamento de 1987*. Secretaria da Educação/CENP, São Paulo, 1986b.